

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA COMO FONTE DE INFORMAÇÕES PARA A GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Marcos Roberto Rosa
Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça (Fatenp/Unigranrio)
E-mail: marcosrrosa@fatenp.com.br

Mara Regina Balena
Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça
E-mail: mara.balena@fatenp.com.br

RESUMO

A força motriz do desenvolvimento deste estudo foi a ausência de informações sobre a forma que os dados gerados pelos sistemas de avaliação externos de massa estão (e se estão) sendo convertidos em informações aos tomadores de decisões das instituições de ensino superior no Brasil. Para tanto, utilizou-se um embasamento teórico preliminar que possibilitou conhecer e comparar posicionamentos de autores que já publicaram sobre o tema. Partiu-se, então, para uma revisão sistemática da literatura por entender ser esta uma ferramenta metodológica importante para o desvendamento de assuntos pouco explorados. Buscou-se, em uma base indexada, artigos que dessem sustentação ao exame das propostas apresentadas, à procura de convergência entre os achados. Após a seleção e análise dos artigos pouco se viu de concreto, que vislumbre no sistema atual oportunidades de melhorias nos âmbitos acadêmico e gerencial. As propostas encontradas criticam o sistema atual, com uma abordagem que aparenta um desejo de manter um *status quo*.

Palavras-chave: Avaliação; Institucional; Externa; Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES) se deparam, diuturnamente, com vários dispositivos legais que orientam a avaliação da educação brasileira nos seus diferentes níveis, com determinações legais que a organizam e disciplinam, especialmente no tocante à avaliação.

Dentre os textos legais que norteiam as ações das IES se destacam a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, a Lei 9.131 (de 24 de novembro de 1995), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001) e o SINAES (Lei 10.861 de 14 de abril de 2004).

Não obstante ao cabedal de normas e procedimento, que geram outras tantas instruções e regulamentações direcionadas a avaliar e validar os dados gerados pelas diversas Faculdades, Centros Universitários e Universidades espalhadas pelos estados do Brasil, os processos avaliativos externos geram, em sua totalidade, uma gama de dados acerca dos ingressantes e concluintes nos cursos superiores avaliados.

Os objetivos destacados pelos textos legais derivam dos desígnios formativos aos regulatórios, prevendo, inclusive, sanções às instituições que não atendam a determinados planos impositivos de atuação e padronização.

Neste universo de dados, gerados e disponibilizados por ambos, busca-se verificar se há uma utilização por parte destes pelas IES para o desenvolvimento de ferramentas de gestão.

Entende-se que o trabalho se justifique pela necessidade que as IES apresentam na atualidade de ferramentas que auxiliem nos processos de credenciamento, reconhecimentos e autorização, bem como ajude a entender os motivos que levam acadêmicos concluintes a terem um resultado satisfatório (ou não) nas avaliações de larga escala, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Dada a situação exposta, este trabalho se propõe a investigar, com base na literatura, de que forma os dados estão sendo transformados em informações úteis aos interessados na gestão das instituições, suscitando, assim, o seguinte questionamento: quais informações geradas pelas Avaliações Institucionais Externas estão sendo utilizadas pelas Instituições de Ensino Superior para o desenvolvimento de ferramentas de gestão?

Na busca pela resposta à questão proposta, o objetivo geral delimitado por esta pesquisa consiste em identificar, através de uma pesquisa bibliográfica, quais ferramentas estão sendo desenvolvidas, com base nos resultados gerados pelas Avaliações Institucionais Externas, para facilitar o trabalho dos gestores das IES.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Na busca por embasamento teórico que sustente a proposta deste trabalho, iniciou-se uma pesquisa sobre a Avaliação na Educação Superior, com ênfase aos envolvidos e resultados obtidos por cada um dos participantes no processo, entendendo que a avaliação, em suas múltiplas funções, transcende os fazeres pedagógicos e as relações estabelecidas entre os atores das IES, estando sempre presente no cotidiano educacional e se apresenta ao longo de todo o processo pedagógico, desde a educação básica à superior. A avaliação não se restringe à sala de aula, amplia-se para a instituição como avaliação institucional (externa e interna) e para as redes de ensino por meio da avaliação em larga escala realizada pela União, estados e municípios.

De acordo com os ensinamentos de Freitas et al (2009, p. 07), a avaliação “atinge todos os atores, a depender do lugar em que se inscrevem no processo de avaliação, ora como sujeitos avaliadores, ora como objetos de avaliação”. O lugar ocupado pela avaliação num contexto específico é que determina essa condição, uma vez que esta se apresenta dotada de distintos níveis, tais como: avaliação de aprendizagens, concernente à avaliação do estudante e realizada no contexto da sala de aula; avaliação institucional, que analisa o trabalho didático-pedagógico da instituição; e avaliação em larga escala, que abrange os sistemas de ensino e é destinada a orientação de políticas públicas na área educacional.

Buscando o foco deste breve relato, conceitua-se a avaliação externa por meio de instrumentos de larga escala, com sua natureza sistêmica e voltada ao acompanhamento institucional como um instrumento de

[...] procedimento amplo e extensivo, envolvendo diferentes modalidades de avaliação, realizado por agências reconhecidas pela especialização técnica em testes e medidas, abrangendo um sistema de ensino, ou seja, todas as escolas de um determinado nível ou série deste sistema [...] na maior parte das vezes voltada predominantemente para o foco da aprendizagem dos alunos e com a finalidade de obter resultados generalizáveis no sistema (WERLE, 2010. p.22).

Nesse sentido a denominação “em larga escala” determina sua abrangência. No conjunto da educação superior, a avaliação em larga escala é desenvolvida a partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que busca garantir a qualidade dos cursos ofertados pelas IES brasileiras. Por se tratar de um sistema padronizado cumpre

[...] a tarefa de divulgar para a sociedade civil os níveis de desenvolvimento e qualidade da educação. [...] estes instrumentos de avaliação publicizam aos pais, professores, empresários, mídia e demais atores sociais, a situação atual da educação escolar, bem como onde estão e quem são as melhores instituições (COSTA, 2009. p.17).

O objetivo é que esta divulgação possibilite o incremento da qualidade educacional brasileira. Entende-se que, desta forma, quanto maior a publicidade e facilidade para a comunidade conhecer a efetiva produção escolar, mais esta poderá se comprometer com sua melhoria, contribuindo para a aprendizagem de seus conteúdos.

Todavia, o resultado desta pesquisa aponta que o uso competitivo que se faz dos resultados conquistados após as avaliações divulgados pelos órgãos responsáveis por sua realização, determinam os procedimentos posteriores a ela, dando consequência às diversas opiniões acerca da educação e à regulação pelo mercado.

Talvez, este desvirtuamento da destinação dos resultados do processo de avaliação institucional externo possibilite, mesmo que de forma transversal, um aprimoramento da qualidade da educação oferecida à sociedade, uma vez que para conseguir um bom resultado nas avaliações de larga escala os estudantes precisam estar preparados para tal finalidade.

Pouco se encontrou, neste ponto, dados que indicam se a aplicabilidade prática, no mercado de trabalho, dos saberes desenvolvidos no decorrer do processo de ensino, serão suficientes para destacar aqueles futuros profissionais em suas respectivas áreas de atuação. Porém, o resultado obtido pela IES serve de chamariz para novos pleiteantes aos títulos ofertados por aqueles que se destacam no processo padronizado de avaliação.

Visão bem diferente tem o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que caracteriza a Avaliação Institucional como um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) sendo relacionada à melhoria da

qualidade da educação superior, à orientação da expansão de sua oferta, ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, por fim, ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional¹.

No entendimento de Dias Sobrinho (2010) o modelo inicial do Enade pressupunha uma perspectiva formativa, pois avaliava os estudantes ingressantes e concluintes, o que possibilitaria o acompanhamento de suas aprendizagens em relação ao curso de graduação. O autor afirma que o

Provão era uma avaliação estática: uma prova aplicada aos alunos no final do curso colhia respostas pontuais, cuja soma de acertos e descontos dos erros resultava em pontuações e classificações, sem oferecer feedback. Era essencialmente uma avaliação de produto, somativa. Já o ENADE se propõe como avaliação dinâmica, incorporando a noção de mudança e desenvolvimento do aluno em seu percurso formativo. [...] Entre uma e outra aplicação do exame, o aluno tem oportunidade de superar suas deficiências, desenvolver suas habilidades cognitivas e aplicá-las em novas situações (p.213).

Entretanto, essa perspectiva foi abandonada, pois o estudante ingressante é avaliado pelo seu desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Essa possibilidade, segundo análise do autor, de uma avaliação de cunho mais formativo foi relegada a segundo plano, ficando o aspecto classificatório preponderante em relação ao formativo.

Outra afirmação de Dias Sobrinho (2010) diz respeito ao fato de o Enade ter um peso significativo no Sinaes, o que trouxe uma série de consequências ao processo de ensino-aprendizagem, entre elas que o “docente tende a desaparecer diante da necessidade de obtenção de boa posição na escala de classificação, a qual é alcançável por meio do mecanismo de ensinar para o exame, segundo o modelo da prova” (p. 217). Essa consideração apoia o fato de que a metodologia de elaboração de itens do exame e até mesmo as questões das provas têm sido levadas para a sala de aula, na busca pela composição de instrumentos de avaliação das aprendizagens dos estudantes.

No entendimento de Sordi (2008), a reflexão acerca da avaliação ultrapassou o espaço da IES e tem ocupado lugar de destaque na formulação de políticas públicas que influenciam na regulação da educação superior.

A partir do pressuposto destacado, acerca da influência das avaliações institucionais externas realizadas pelos órgãos reguladores nas IES brasileiras, bem como seu caráter ranqueador na visão do mercado, buscou-se identificar ferramentas que possam auxiliar os gestores nas tomadas de decisões que maximizem o resultado operacional e minimizem os impactos no processo formativo do aluno.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao escopo deste estudo a pesquisa foi desenvolvida, quanto à abordagem do problema, de maneira predominantemente qualitativa. Seus objetivos foram explicitados de maneira exploratória-descritiva, valendo-se do método indutivo e de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A forma de coleta de dados primários se deu através de pesquisa bibliográfica.

Partiu-se, então para o mapeamento dos artigos específicos publicados e/ou citados na área de conhecimento pesquisada, no intuito de estudar a produção científica relacionada ao

tema, buscando identificar as propostas de aplicação das avaliações externas como ferramenta de gestão.

De modo a ancorar a realização desta revisão, feita durante os meses de agosto e setembro de 2016, foi utilizado o banco de dados Scopus, por se tratar de uma base de resumos e citações de literatura científica revisada por pares que conta com ferramentas inteligentes para acompanhar, analisar e visualizar a pesquisa, onde é possível ter contato com diferentes bases de dados, como *Cambridge University Press*, *Elsevier*, *Springer*, *Wiley-Blackwell*, *Nature Publishing Group* e o Instituto de Engenheiros Elétricos e Eletrônicos, por exemplo.ⁱⁱ

Selecionou-se três descritores isoladamente (*institutional evaluation* - avaliação institucional; *external evaluation* - avaliação externa; e *management* -gestão). Após a aplicação do primeiro descritor de maneira isolada, entre aspas (“*institutional evaluation*”), o resultado obtido trouxe 189 documentos em seu resultado, como demonstra a Figura 01:

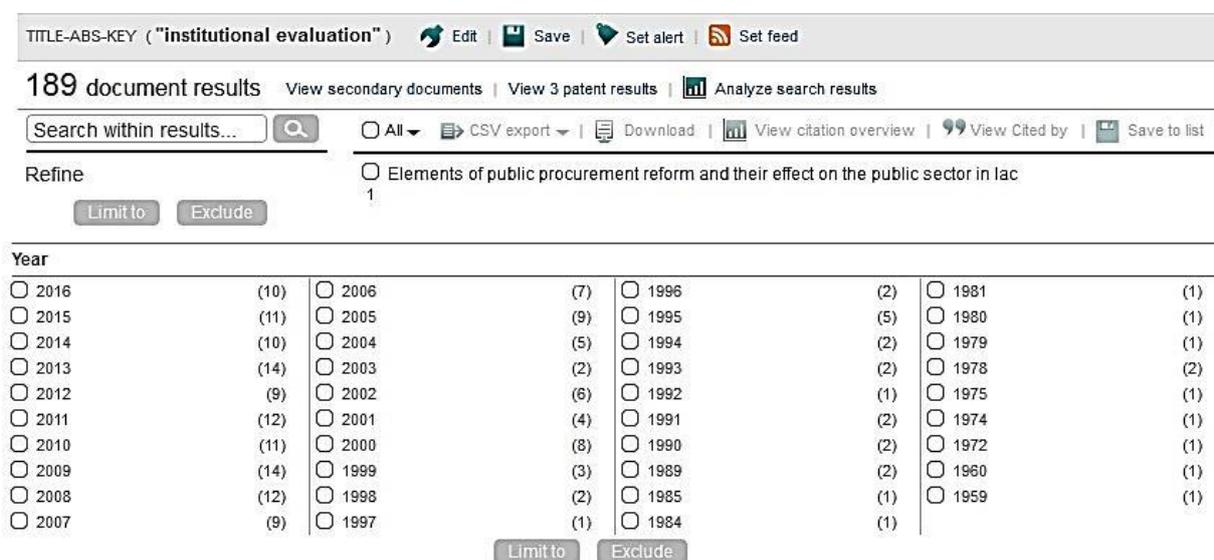


Figura 01: resultado após o primeiro descritor.

Fonte: Base Scopus (2016)

A primeira publicação acerca do tema, encontrada nesta busca, data do ano de 1959, que tem como autor PHELPS W.M. e o título “*Preliminary institutional evaluation of a new drug in cerebral palsy*” (“Avaliação institucional preliminar de uma nova droga na paralisia cerebral”). Infelizmente não se encontra disponível o resumo do artigo.

Em uma visão na linha do tempo das publicações identificou-se o ano de 2009 como o mais produtivo da série histórica, com 14 publicações, conforme demonstra a Figura 02. Verifica-se, ainda, que o crescimento das publicações se deu a partir do ano de 1989 apresentando, desde então, uma curva de crescimento, apesar dos altos e baixos.

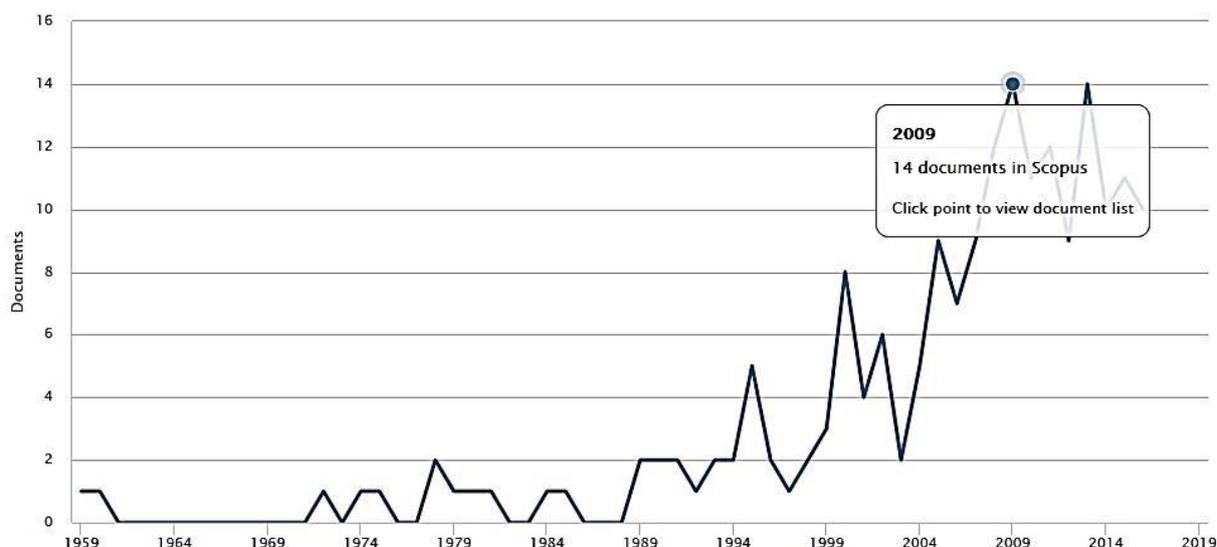


Figura 02: visão da série histórica das publicações com o descritor "institutional evaluation".

Fonte: Base Scopus (2016)

Os Estados Unidos aparece como o país com maior número de publicações, contando 63 documentos, seguido pelo Brasil, com 35 trabalhos e pelo Reino Unido, que soma 17 publicações, conforme demonstrado na Figura 03. Deste universo de 189 publicações, 151 delas (ou 79,9%) são artigos, 15 *conference papers* (7,9%) e 14 *reviews* (7,4%), como apresentado na Figura 04.

Documents by country/territory

Compare the document counts for up to 15 countries/territories

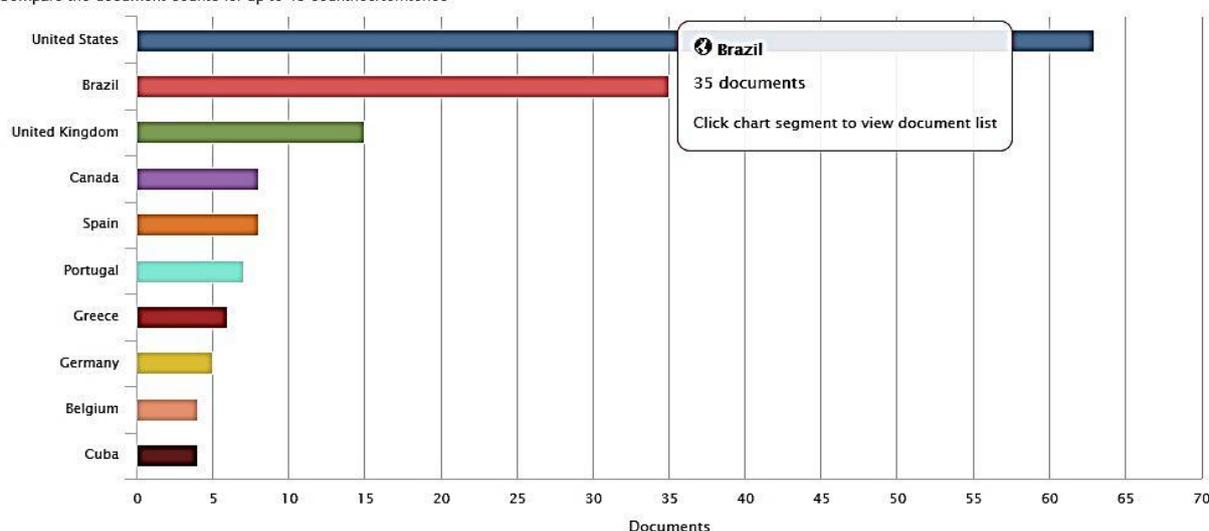


Figura 3: quantidade de documentos por país.

Fonte: Base Scopus (2016)

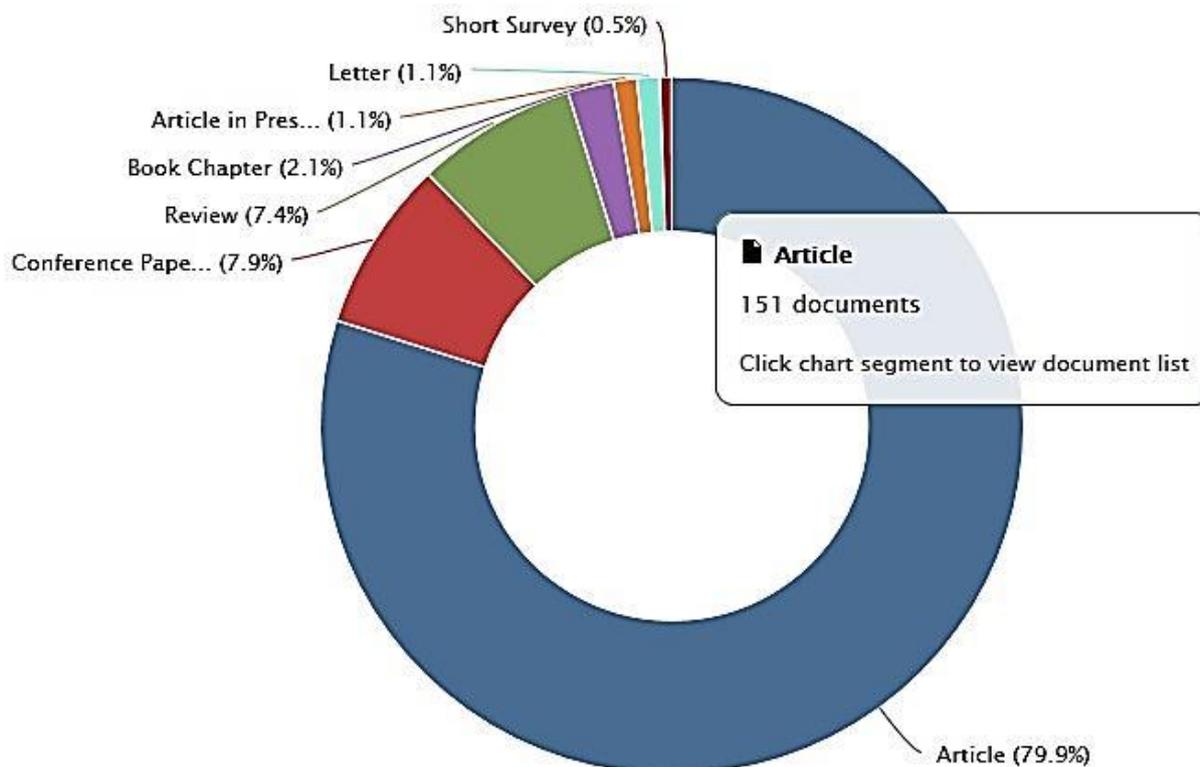


Figura 4: classificação de documentos por tipo de publicação.
Fonte: Base Scopus (2016)

As principais áreas de conhecimento abrangidas pelas publicações são: Ciências Sociais, Medicina e Ciências da Computação, com, respectivamente, 49,2%, 30,2% e 6,9% das publicações. As Ciências Sociais apresentaram o maior volume de produções, com 93 documentos publicados no período, como demonstrado na Figura 05.

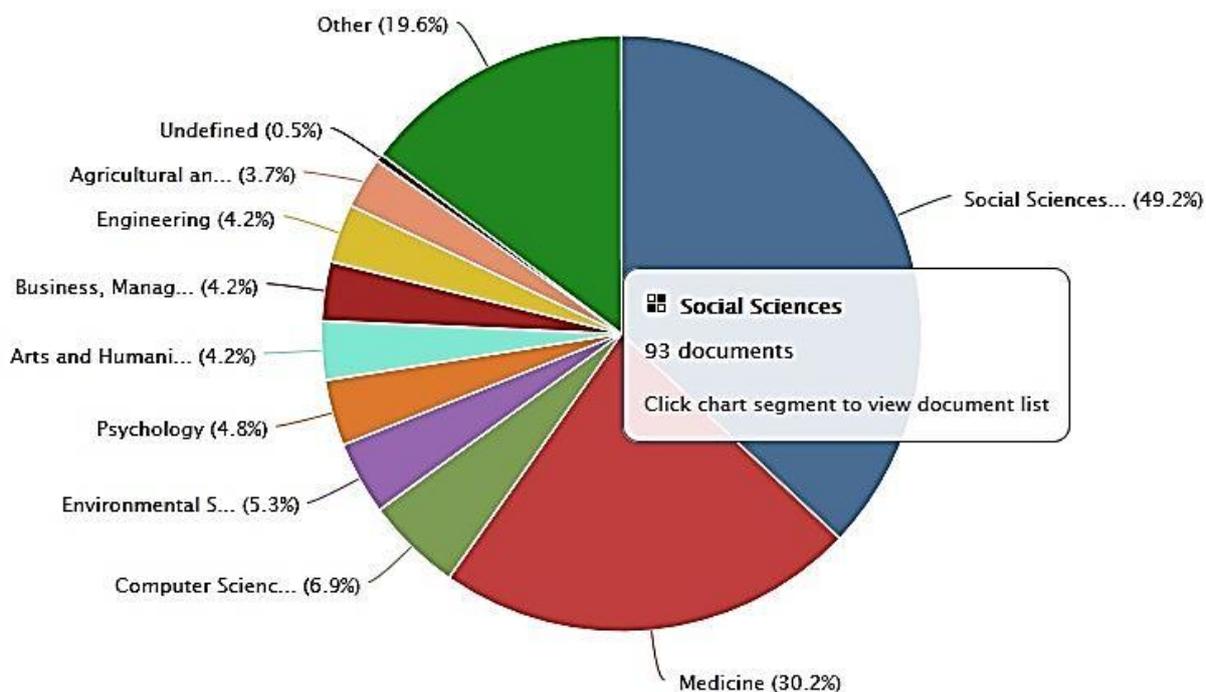


Figura 05: quantidade de documentos publicados por área de conhecimento.
Fonte: Base Scopus (2016)

Aprimorando-se a busca por resultados relevantes aplicou-se o segundo descritor, entre aspas (“*external evaluation*”), o resultado alcançado foi de 11 documentos indexados, tendo como publicação mais antiga a produção de 1995, de autoria de Frazer MJ. intitulada *Issues of quality*, que traz uma visão geral da necessidade e da evolução da avaliação da qualidade em instituições de ensino superior é apresentado brevemente. Os dois principais tipos de avaliação institucional são avaliação interna e avaliação externa. O âmbito de aplicação de ambos os tipos de avaliação irá depender do tipo de instituição; no entanto, uma abordagem em três etapas para ambos os tipos é a prática geralmente aceita. Cinco possíveis efeitos da avaliação externa são propostos (tradução nossa), como demonstra a Figura 06 abaixo:

(TITLE-ABS-KEY ("institutional evaluation")) AND ("external evaluation")

11 document results

Search within results...

Refine

Year

<input type="radio"/> 2015	(2)
<input type="radio"/> 2012	(2)
<input type="radio"/> 2011	(3)
<input type="radio"/> 2010	(1)
<input type="radio"/> 2009	(1)
<input type="radio"/> 2005	(1)
<input type="radio"/> 1995	(1)

Author Name

<input type="radio"/> De Sordi, M.R.L.	(2)
<input type="radio"/> Rosa, M.J.	(2)
<input type="radio"/> Alberto, A.	(1)
<input type="radio"/> Amaral, A.	(1)
<input type="radio"/> Arelaro, L.R.G.	(1)
<input type="radio"/> Cantón, P.	(1)
<input type="radio"/> Caramelo, J.	(1)
<input type="radio"/> Cardoso, S.	(1)
<input type="radio"/> Ceccim, R.B.	(1)
<input type="radio"/> Chaves, S.E.	(1)

Higher education external evaluation in the health area: Concerns and the size of marginal external evaluation in the health area: Inquietações e a dimensão das marginais

Self-evaluation as a strategy of resistance to the ranking external evaluation | Autoavaliação como estratégia de resistência à avaliação externa ranqueadora

1 document published in 1995 match your query (Showing first 1 result)

Issues of quality
Frazer, M.J.
(1995) Higher Education in Europe

Limit your results to this document only
Exclude this document from your results

Figura 06: resultado após a aplicação do segundo descritor "external evaluation".

Fonte: Base Scopus (2016)

Uma análise da linha do tempo demonstra que o ano de 2011 foi o mais profícuo quanto ao número de publicações, com três trabalhos publicados. Demonstra, ainda, uma ausência de produção entre os anos de 1996 e 2004, como se vê na Figura 07:

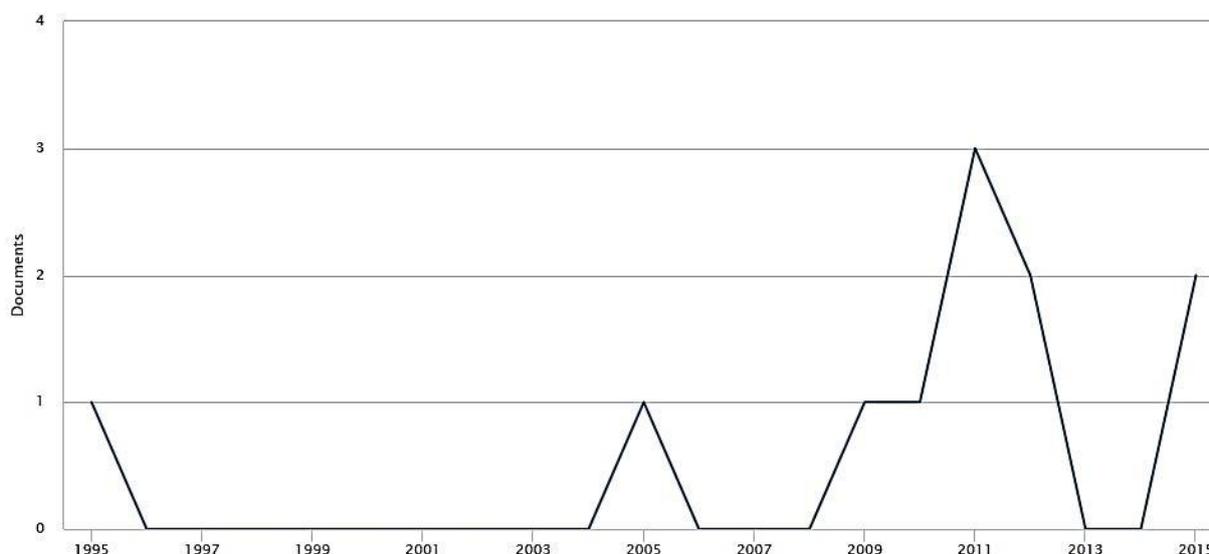


Figura 07: visão da série histórica das publicações com o descritor "external evaluation".

Fonte: Base Scopus (2016)

O Brasil aparece, ao lado de Portugal, como o país com maior número de trabalhos publicados sobre o tema, com três artigos cada, sendo sucedido por Grécia, Holanda, Singapura, Eslovênia e Espanha, cada um com apenas uma publicação relacionada com a pesquisa. Tal constatação pode ser feita analisando a Figura 08:

Documents by country/territory

Compare the document counts for up to 15 countries/territories

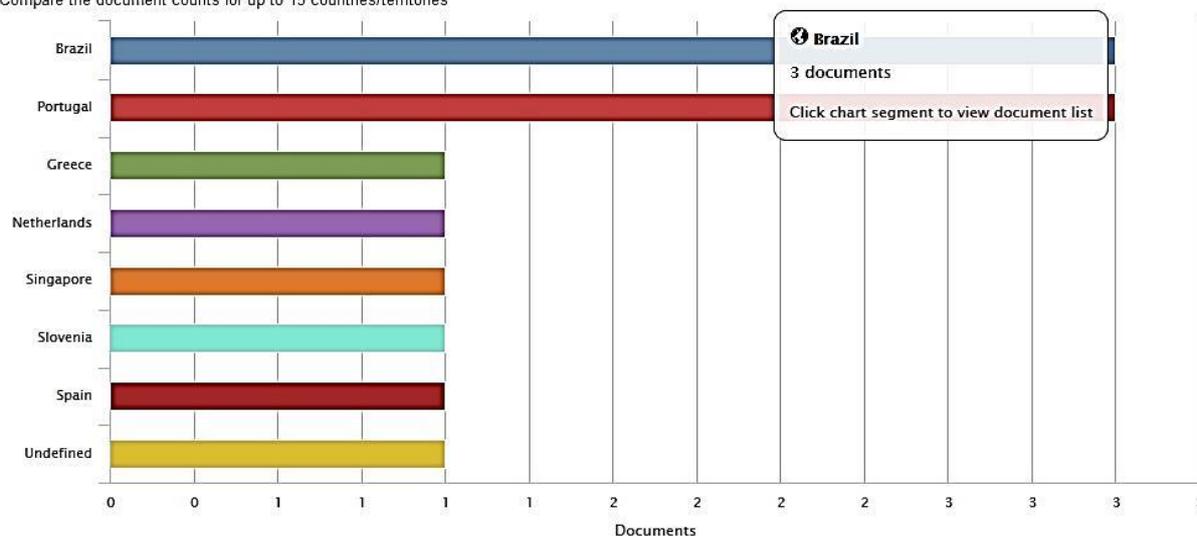


Figura 08: quantidade de documentos por país.

Fonte: Base Scopus (2016)

Com relação ao tipo de documento encontrado durante a pesquisa, nove deles (ou 81,8%) foram artigos, os outros dois foram capítulo de livro e *review*, como demonstrado pela Figura 9:

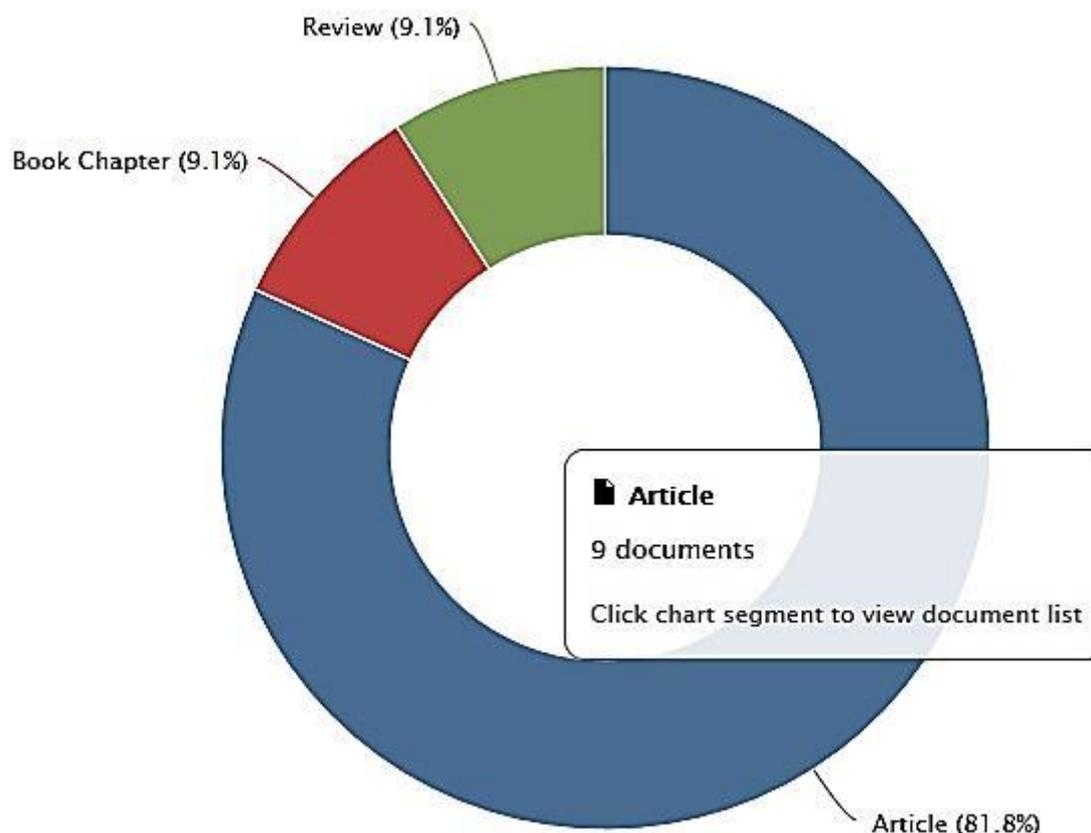


Figura 9: classificação de documentos por tipo de publicação.
Fonte: Base Scopus (2016)

Como a busca realizada trouxe apenas onze resultados, após a aplicação do segundo descritor, optou-se por não aplicar o terceiro (“management” – “gestão”), ficando, assim, com os resultados para análise final.

Na tentativa de demonstrar o resultado da pesquisa, após a aplicação dos descritores aplicados, criou-se, então, o Quadro 01, que condensa as principais informações acerca dos artigos encontrados e apresenta seguintes informações: ano de publicação, título, autor(es) e periódico de publicação.

Quadro 01: referências sobre "avaliação institucional externa"

Ano (nr)	Artigo	Autor(es)	Publicação
2015 (01)	Higher education external evaluation in the health area: Concerns and the size of margins	Chaves, S.E., Ceccim, R.B.	Interface: Communication, Health, Education, 19 (55), pp. 1233-1242.
2015 (02)	Self-evaluation as a strategy of resistance to the ranking external evaluation	Mendes, G.D.S.C.V., Caramelo, J., Arelaro, L.R.G., Terrasêca, M., De Sordi, M.R.L., Kruppa, S.M.P.	Educacao e Pesquisa, 41 (Specialissue), pp. 1283-1298.
2012 (03)	The model of the internal institutional evaluations at the University of Maribor	Pauko, M., Čuš, F., Gomišček, B.	Didactica Slovenica - Pedagogoska Obzorja, 27 (1-2), pp. 172-189.
2012 (04)	Epistemological ethical implications of trading in the process of institutional participatory evaluation	De Sordi, M.R.L.	Educacao e Sociedade, 33 (119), pp. 485-510.

2011 (05)	The EUA institutional evaluation programme: An account of institutional best practices	Rosa, M.J., Cardoso, S., Dias, D., Alberto, A.	Quality in Higher Education, 17 (3), pp. 369-386.
2011 (06)	What kind of universities in Greece invited external evaluation (EUA-IEP)? Isomorphic pressures and leadership: The Greek case	Papadimitriou, A., Westerheijden, D.F.	Quality in Higher Education, 17 (2), pp. 195-212.
2011 (07)	Educational evaluation in Singapore: Current status and future challenges	Subramaniam, R.	Educational Evaluation in East Asia: Emerging Issues and Challenges, pp. 23-34.
2010 (08)	Does the EUA institutional evaluation programme contribute to quality improvement?	Tavares, D.A., Rosa, M.J., Amaral, A.	Quality Assurance in Education, 18 (3), pp. 178-190.
2009 (09)	School (self)evaluation: "Virtues"and "collateral effects"	Sá, V.	Ensaio, 17 (62), pp. 87-108.
2005 (10)	The influence of evaluation on changing management systems in educational institutions	Reboloso, E., Fernández-RAMÍREZ, B., Cantón, P.	Evaluation, 11 (4), .
1995 (11)	Issues of quality	Frazer, M.J.	Higher Education in Europe, 20 (1-2), pp. 13-17.

Fonte: Elaborado pelo autor

Na busca pelos textos completos para análise das informações um novo corte foi feito, em função de os artigos não estarem disponíveis gratuitamente, necessitando de pagamento de direitos autorais para acesso às bases. Eliminou-se, assim, os documentos de número 03, 05, 06, 07, 08, 10 e 11 restando, então, quatro artigos para leitura completa.

4 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS

Chaves e Ceccim (2015) fazem uma reflexão, com abordagem no plano dos princípios e valores que antecedem ou sucedem processos avaliativos institucionais do ensino, tendo em vista a área da saúde. Tem por objetivo colocar em debate os processos de avaliação externa realizados nos cursos de graduação na área da saúde, uma vez que mobilizam os aspectos objetivos, mas, também, aqueles subjetivos, próprios do contato in loco, fundamental à apreensão daquilo que “realmente” está em curso na formação. Postulam que, quando confrontado um curso com o olhar externo, com os indicadores de avaliação do Sinaes, fica evidente que os cursos buscam atender às orientações da política de regulação do ensino de graduação. Defendem, ainda, que investimentos na formação docente são estratégicos quando se entende que um curso de graduação se faz por meio da articulação de vários componentes curriculares e na transversalidade dos conteúdos.

Mendes et al. (2015) defendem um projeto, fruto de uma investigação realizada por pesquisadores brasileiros e portugueses, com a participação de vinte escolas públicas, nas cidades de São Paulo e Campinas (Brasil) e do Porto (Portugal), que propõe a articulação entre a universidade pública e a escola de Educação Básica fomenta, por um lado, a qualificação da educação no interior da escola, colaborando para estudos no interior da universidade e, por outro lado, vislumbra dar subsídios a todos os envolvidos com o processo de fortalecimento das escolas para o **enfrentamento das políticas de responsabilização vertical** (grifo meu) orientadas pelos resultados dos estudantes nas avaliações externas. Contribuí, ainda, para a afirmação da identidade da universidade, ao cumprir com o princípio

da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, desempenhando a sua função social a serviço do desenvolvimento social, econômico e cultural.

De Sordi (2012) destaca a experiência de avaliação institucional participativa (AIP), adotada pela rede municipal de Campinas como política de governo, que se ancora na categoria da negociação multiatores e instâncias. Defende que os princípios que regem os modelos contra-hegemônicos de avaliação não devem ser objeto de negociação, especialmente porque estes traduzem concepções de qualidade, concepções de educação, de Homem e de mundo bastante distintas. Afirma, ainda, que mesmo que os modelos de avaliação externa, nacionais ou internacionais, não conseguem ou não desejam dar conta destas concepções mais ampliadas e socialmente relevantes, nem por isso se pode desprezá-las, sob pena lastimar, muito em breve, a qualidade educacional induzida, referendando formatos de avaliação reducionistas e excludentes ocultados pelo uso de tecnologias de medidas cada dia mais avançadas.

Sá (2009), citando experiências de Portugal, pondera que a instituição de sistemas de avaliação das escolas, em diferentes geografias sócio-políticas, surge habitualmente associada à preocupação em promover a qualidade dos respectivos sistemas educativos. Contudo, a qualidade, dada a sua “dispersão semântica”, pode ser invocada ao serviço de agendas e agentes muito diversos. Adverte que valores como equidade, excelência, eficiência e liberdade, podendo ser tomados como as quatro faces de um sistema de qualidade, convivem, contudo, num constante estado de tensão, de tal modo que uma excessiva ênfase num deles prejudica a expressão de cada um dos outros três. Também afirma a natureza política da avaliação: a prevalência de uma das faces sobre as outras depende, em última instância, do (des)equilíbrio de poderes dos agentes e das agendas em presença. Conclui que, apesar das dificuldades e limites que a assunção da escola como “organização educativa complexa” coloca aos processos avaliativos, e muito particularmente à avaliação, essas condicionantes impõem prudência, mas não justificam a desistência. O que se impõe é a superação da visão simplista e redutora de um processo que é, antes de tudo, político e que envolve uma grande pluralidade (e conflitualidade) de interesses, valores, perspectivas e objetivos. Reconhecer o amplo “arco semântico do conceito de avaliação” e concebê-la como uma prática instituinte que corporiza uma construção coletiva que se atualiza em cada escola enquanto “arena política”, constituem dois “requisitos” básicos para resgatar a avaliação institucional das derivas gerencialistas e (re)colocá-la ao serviço de uma agenda que persegue a “qualidade democrática” da escola.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo teve como proposta básica investigar quais ferramentas são desenvolvidas, utilizando os dados gerados pelo Sinaes, para facilitar o trabalho dos gestores. Para tanto apresentou-se visões distintas sobre o papel desempenhado pela avaliação institucional externa, com base em uma pesquisa de artigos publicados acerca do tema. Buscou-se, ainda, uma convergência das propostas apresentadas para a sugestão de uma ferramenta unificada que fornecesse informações úteis e relevantes aos gestores.

Para o autor o desafio se apresentou como uma oportunidade de conhecer um pouco mais os meandros legais que norteiam as avaliações institucionais externas, suas implicações e aplicações e as formas de extrair o máximo de informações úteis à gestão universitária.

É partindo dos pressupostos acima apresentados que se buscou, através desse trabalho, contribuir para novas discussões e aprofundamentos sobre o tema proposto, por meio de uma revisão da bibliografia disponível e breve análise das informações encontradas em sites de agências governamentais e reguladoras.

Infere-se que, como processo contínuo as avaliações internas, externas e auto avaliações, são ferramentas indispensáveis para o planejamento, implementação e gestão da IES. A adequada elaboração dos instrumentos, a análise e apropriação de seus resultados são importantíssimos para o planejamento, replanejamento, correções e implantação de melhorias.

Não obstante, o que se encontrou na pesquisa, dados os descritores e critérios de inclusão e exclusão utilizados, não aponta para ferramentas de implementação prática que tragam resultados concretos aos tomadores de decisão. Viu-se, sim, que a preocupação generalizada é no sentido de apoiar ou repudiar os programas de avaliação em massa, sustentada na alegação de que estes programas prejudicam, ou inviabilizam, as práticas pedagógicas historicamente arraigadas na cultura educacional brasileira, prioritariamente em ambientes universitários públicos.

Não se viu um olhar progressista, que vislumbre no sistema atual oportunidades de melhorias em todos os âmbitos, do acadêmico ao gerencial. Pouco se propõe para a melhoria do sistema, apenas se preocupa em desconstruí-lo para manter o *status quo*.

Outrossim não foi possível atender ao objetivo de identificar uma ferramenta que envolva as informações disponíveis das avaliações externas elaborada e praticada atualmente, uma vez que, ao que parece, nada se fez no intuito de se apropriar das informações geradas pelo sistema.

Como a maioria dos trabalhos de pesquisa este não teve pretensão de esgotar o assunto. Conclui-se ao que parece, a princípio, a importância e abrangência da avaliação institucional em qualquer tipo de educação seja ela a distância, presencial ou outra modalidade. Trata-se de um instrumento poderoso quando considerada com seriedade a partir de sua concepção, passando pela aplicação e apropriação dos resultados. Deve ser contínuo, revisto e melhorado periodicamente, buscando, como consequência, a melhor qualidade do processo ensino/aprendizagem.

Sugere-se a futuros pesquisadores, ampliar a abrangência deste trabalho, incluindo novas fontes de dados, bem como o desenvolvimento de estudos que visem propor formas de utilização das informações geradas pelas sistemáticas de avaliação existentes, adequando os mesmos as realidades das instituições com suas semelhanças, diferenças, regionalidades e influência das tecnologias existentes e de novas que, por certo, virão, permitindo um novo olhar sobre a temática da importância da avaliação institucional externa.

REFERÊNCIAS

CHAVES, S.E., CECCIM, R.B. Higher education external evaluation in the health area: Concerns and the size of margins [Avaliação externa no ensino superior na área da saúde: Inquietações e a dimensão das margens]. **Interface: communication, health, education**, v.19, n.55, p. 1233-1242, 2015.

COSTA, D.M. Avaliação educacional em larga escala: a opção pela democracia participativa. **Jornal de políticas educacionais**. n. 6, p. 12–21, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.jpe.ufpr.br/n6_2.pdf>. Acesso em: 9 set. 2016.

DE SORDI, M.R.L. Epistemological ethical implications of trading in the process of institutional participatory evaluation [Implicações ético-epistemológicas da negociação nos processos de avaliação institucional participativa] **Educacao e Sociedade**, v.33, n.19, p. 485-510, 2012,

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. **Avaliação**. Campinas-SP, v.15 n.1, p.195-224, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

FREITAS, L.C. et al. **Avaliação educacional**: caminhando pela contramão. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

MENDES, G.D.S.C.V. et al. Self-evaluation as a strategy of resistance to the ranking external evaluation [Autoavaliação como estratégia de resistência à avaliação externa ranqueadora]. **Educacao e Pesquisa**, **41 (Specialissue)**, p. 1283-1298, 2015.

SÁ, V. School (self)evaluation: "Virtues"and "collateral effects" [A (auto)avaliação das escolas: "Virtudes"e "efeitos colaterais"]. **Ensaio**. v.17, n.62, p. 87-108. 2009.

SORDI, M.R.L. A docência universitária e o dilema da formação pedagógica para a produção de uma avaliação da aprendizagem consequente. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 25, p. 47-58, nov. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/93>>. Acesso em: 10 set. 2016.

WERLE, F.O.C. (Org.) Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil: abordagem por níveis de segmentação. In: **Avaliação em larga escala**: foco na escola. Brasília: Liber Livros, 2010.

ⁱ Adaptado do site do Inep. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional. Acesso em 05 set. 2016.

ⁱⁱ Adaptado do site da Scopus. Disponível em: <http://www.americalatina.elsevier.com/sul/pt-br/scopus.php>. Acesso em 24 ago. 2016.